

Senado começa a discutir criação do Fundo Soberano

Aprovada ontem pela Câmara dos Deputados, proposta chega ao Senado nos próximos dias. Objetivo do fundo é financiar projetos empresariais estratégicos do Brasil no exterior. O presidente da Casa, Garibaldi Alves, acredita que o Plenário aprovará o projeto, mas não dará ao governo um "cheque em branco", disse. Já o líder do PSDB, Arthur Virgílio, afirmou que a criação do fundo pode ser uma "tentativa sub-reptícia" do governo de capitalizar o BNDES. Ele disse que acreditava ser inócua a idéia de criação do fundo, mas agora a considera nociva. **4 e 5**

Lula participa da homenagem aos 20 anos da Constituição

O Congresso realiza hoje, às 10h, no Plenário da Câmara, sessão solene para comemorar os 20 anos de promulgação da Constituição. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o vice José Alencar participam. **3**



Garibaldi Alves (segundo à esquerda, entre Raupp, Valadares e Papaléo) anuncia a votação de medidas provisórias

Plenário aprova duas medidas provisórias

Duas medidas provisórias foram aprovadas ontem. A primeira autoriza o Banco Central a adotar providências para tornar o real uma moeda internacional. A iniciativa permitirá que bancos estrangeiros aceitem remessas em reais, feitas por pessoas no exterior que queiram efetuar pagamento no Brasil. A segunda medida adia para 1º de janeiro de 2009 a vigência de incentivos tributários para indústrias de cerveja, refrigerante e água. O Plenário também acolheu a indicação de Arthur Badin para a presidência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). **3**

Educação é a resposta à crise, diz Haddad no Parlasul

O ministro da Educação, Fernando Haddad, sugeriu que os países do Mercosul adotem metas comuns a serem alcançadas nos próximos cinco anos. Ele participou, em Montevideú, de reunião do Parlasul. **7**



Kátia Abreu, Agripino, Antonio Carlos Júnior e Mozarildo (sentado) acompanham pronunciamento de Jucá (D) sobre portos

Campanha vai estimular prefeituras a adotarem auditorias internas

Considerado instrumento eficaz de combate a fraude e corrupção, controle interno das contas municipais deve ser um dos temas do encontro nacional de prefeitos eleitos, que o governo federal está articulando para fevereiro, em Brasília. **8**

Estatuto dos Museus ainda longe do consenso

Audiência na Comissão de Educação mostra que não há consenso quanto ao projeto que institui o Estatuto dos Museus. **7**



Nascimento Júnior, Antonio Vieira, João Sayad, Rosalba Ciarlini, Paulo Brant, Augusto Botelho (de pé), Maria Célia Santos e Carlos Chateaubriand discutem a proposta

Presidentes da Câmara e do Senado, entre outras autoridades, reuniram-se ontem para participar da confecção de uma obra em comemoração aos cem anos de imigração



Flexa Ribeiro (E), Garibaldi, William Woo e Filippelli fazem dobraduras para painel do projeto Origami do Centenário

Congresso sedia homenagem a imigrantes japoneses

OS PRESIDENTES DO Senado e da Câmara, Garibaldi Alves e Arlindo Chinaglia, reuniram-se ontem para dobrar origamis e, assim, colaborar com a montagem do painel "Sonho Brasileiro", destinado a celebrar os cem anos da imigração japonesa para o Brasil. Eles e os demais participantes escreveram, nos papéis coloridos, mensagens em favor da paz mundial.

No Brasil, o movimento Origami do Centenário pretende reunir 500 mil origamis para montar um painel permanente, pesando duas toneladas, chamado "Sonho Brasileiro", que será instalado este mês numa parede do Congresso. O projeto, assinado pela artista Luiza Kuwae,

junta as bandeiras do Brasil e do Japão numa homenagem aos antepassados, cem anos depois da chegada do navio *Kasato Maru*, que desembarcou 781 imigrantes em Santos (SP).

A obra será lançada simultaneamente nos dois países. Sua montagem é promovida pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, pelo Grupo Parlamentar Brasil-Japão, pelo Instituto Paulo Kobayashi e pela entidade Junior Chamber International Brasil-Japão.

Na ocasião, Garibaldi lembrou que o Brasil tem hoje cerca de 1,6 milhão de descendentes japoneses, a maior comunidade nipônica fora daquele país. Ele também assinalou que, no Japão, há mais

de 300 mil brasileiros, os quais formam a terceira maior comunidade nacional no exterior.

– Esse painel representa nossas afinidades, nossa identidade com o povo japonês. É uma obra que reflete o passado e o presente e que simboliza o respeito que temos por aqueles que vieram unir-se aos brasileiros para trabalhar por este país – disse.

Em cada origami estará escrito um desejo de quem colaborou com a obra. Participaram também do encontro, entre outras autoridades, o comandante da Aeronáutica, Juniti Saito; o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA); e os deputados William Woo (PSDB-SP), Tadeu Filippelli (PMDB-DF) e Osmar Serraglio (PMDB-PR).

Projeto torna opcional uso de terno no Plenário

Ao mencionar o projeto que Gerson Camata (PMDB-ES) pretende apresentar, extinguindo a obrigatoriedade de terno e gravata como indumentária masculina na Casa, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, disse que quer conhecer melhor a proposição.

– Creio que a obrigatoriedade precisa passar por um período de transição. Se isso for mudado rapidamente, vai haver um choque visual. Vão aparecer camisas esportivas e vai terminar havendo uma liberação geral. Vou conversar com o Camata e conhecer melhor suas intenções, seus critérios – declarou.

Para Garibaldi, é sensato procurar alternativa que represente uma defesa contra o aquecimento global e, especialmente, contra o calor que castiga Brasília, cuja temperatura registrou o recorde histórico de 35,8°.

Lei de Anistia não pode ser revista, diz Garibaldi

Sobre o pedido de informações que o Supremo Tribunal Federal (STF) encaminhou ao Senado sobre a Lei de Anistia, Garibaldi Alves afirmou que "a lei já está cumprida e não pode ser invocada agora para questionar-se sua aplicabilidade".

O pedido, enviado também ao presidente Lula, é uma iniciativa do ministro Eros Grau no curso do processo em que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) questiona a anistia de militares que, durante o regime militar, praticaram atos de tortura e de seqüestro.

– Eu entendo que a questão não é se [o crime] é prescrito ou imprescritível. Houve uma Lei da Anistia que perdoou todos aqueles atos. Não se pode rever a lei que produziu seus efeitos e não existe mais. O que ela fez, produziu, se exauriu. Mas também, se foi exaurida, não se pode trazer de volta tudo aquilo que aconteceu antes da anistia – afirmou.

Presidente do Senado apóia Barack Obama

O democrata Barack Obama é considerado por Garibaldi Alves o melhor candidato para presidir os Estados Unidos.

"Acho que ele é a verdadeira mudança. Se as próprias pesquisas realizadas nos Estados Unidos situam o candidato democrata como um nome fora dos padrões convencionais e que representa mudanças, ele deve ser o candidato ideal para ocupar a Casa Branca", disse o presidente do Senado.

Garibaldi disse que a pregação de Obama é a de ampliar a proteção às pessoas de baixa renda. "Ele é um pacifista que vai realizar mudanças. O republicano John McCain não tem como se desligar da herança de George Bush. Não é que a gente ache que o melhor para os americanos é o melhor para o resto do mundo. Mas Barack Obama é o melhor candidato."

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Sessão comemora 20 anos da Constituição

Sessão conjunta do Congresso, às 10h, no Plenário da Câmara dos Deputados, comemora os 20 anos da promulgação da Constituição federal. No Senado, às 14h, a sessão é deliberativa. Três medidas provisórias trancam a pauta de votações.

Ministro Patrus Ananias é recebido por Garibaldi

O presidente do Senado Federal, Garibaldi Alves, participa, às 9h, da cerimônia de revitalização do Bosque dos Constituintes, ao lado da Praça dos Três Poderes; às 9h30 recebe o ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias; às 10h preside a sessão solene do Congresso Nacional em comemoração aos 20 anos da promulgação

da Constituição federal; às 12h comparece à abertura da exposição de charges "Salão de Humor da Constituinte"; às 12h30 participa, no Clube Naval, do almoço de lançamento da Frente Parlamentar de Defesa Nacional; às 16h preside a ordem do dia; e às 17h recebe os ministros da Cultura, Juca Ferreira, e o deputado José Fernando Aparecido.

Em pauta, massa corporal mínima para modelos

Às 8h45, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) vota 13 proposições. O primeiro projeto em pauta é o que proíbe a exibição pública de modelo cujo índice de massa corporal seja inferior a 18. Também deverão ser analisados nove projetos de decreto legislativo que tratam de autorização para funcionamento de emissoras de rádio e televisão.

CPI da Pedofilia realiza audiência pública

A Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia realiza, às 10h, audiência pública que contará com a presença do servidor do Senado Ewandro de Carvalho Sobrinho e do servidor do Banco Central do Brasil José Carlos Jacob de Carvalho.

CMO analisa relatório preliminar do Orçamento 2009

O relatório preliminar ao projeto de Lei Orçamentária de 2009, elaborado pelo relator-geral do Orçamento, senador Delcídio Amaral (PT-MS), será votado às 14h30 pela Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Agência para proteger crianças e adolescentes

Projeto que cria a Agência Nacional de Proteção à Criança e ao Adolescente é uma das quatro propostas em pauta na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), que se reúne às 9h.

Bosque dos Constituintes será revitalizado

A cerimônia de revitalização do Bosque dos Constituintes, ao lado da Praça dos Três Poderes, tem início às 9h. Às 12h, no foyer entre as alas Teotônio Vilela e Tancredo Neves, do Senado, ocorre a abertura da exposição de charges sobre o processo de elaboração da

Carta, mostra que vai até 19 deste mês. Às 17h, na Senado Galeria, haverá exposição de ilustrações publicadas no *Journal da Constituinte*, relativas ao processo de elaboração da Constituição. Os desenhos poderão ser vistos até 19 de novembro.

CCJ vota proposta sobre quadro funcional do BC

Às 10h, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vota, entre outras propostas, a que dispõe sobre a nomeação e demissão do presidente e diretores do Banco Central (BC), e a que institui o Regime de Tributação Unificada na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai (Projeto do Sacoleiro). Também está em pauta o projeto que autoriza a produção, a comercialização e a utilização de radioisótopos para a pesquisa e o uso médico.

Adicional de periculosidade para vigilantes

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) se reúne às 11h para votar 14 itens, entre eles o que garante ao vigilante o recebimento de adicional de periculosidade. O primeiro projeto em pauta dispõe sobre a atualização das aposentadorias e pensões pagas pela Previdência Social aos seus segurados e, pela União, aos seus inativos e pensionistas.



Magno Malta (D), presidente da CPI, ouve Pedro Ricardo, da Polícia Legislativa

Policia relata investigação sobre acusado de pedofilia no Senado

O chefe da Polícia Legislativa do Senado, Pedro Ricardo Araújo Carvalho, relatou ontem, em depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia, os procedimentos adotados na investigação que resultou na denúncia, pelo Ministério Público, de José Carlos Jacob de Carvalho, acusado de armazenar imagens de pedofilia na rede do Senado. Ele trabalhava no gabinete do senador Aloizio Mercadante (PT-SP).

Pedro Ricardo disse que uma denúncia anônima em 2007 alertou a Polícia Legislativa para o armazenamento de ima-

gens de crianças e adolescentes abusadas. O computador foi apreendido e enviado à Polícia Federal para perícia, possibilitando a denúncia formal contra José Carlos, que foi exonerado por Mercadante, mas não preso. O presidente da CPI, senador Magno Malta (PR-ES), frisou que as fotos registram abusos até de crianças de berço. Magno Malta informou que a CPI espera ouvir hoje o depoimento de José Carlos e também de Ewandro de Carvalho Sobrinho, servidor do Banco Central cedido ao Senado, também investigado por pedofilia.

Congresso comemora 20 anos da promulgação da Constituição

O Congresso Nacional reúne-se em sessão solene hoje às 10h, no Plenário da Câmara dos Deputados, para comemorar os 20 anos da promulgação da Constituição brasileira, ocorrida no dia 5 de outubro de 1988. Os requerimentos solicitando a homenagem são dos senadores Cristovam Buarque (PDT-DF) e Arthur Virgílio (PSDB-AM). A solenidade contará com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do vice-presidente, José Alencar, do procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, entre outras autoridades.

A Constituição de 88 ampliou as liberdades civis e os direitos e as garantias para o cidadão, disse Arthur Virgílio. O líder do PSDB lembrou que o então pre-

sidente da Assembléia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, chamou a nova Carta de "Constituição Cidadã", e que esta "foi promulgada para atender os anseios da sociedade, após um processo de ditadura instalado com o golpe militar de 1964".

– A promulgação da Carta Magna foi de fundamental importância para a consolidação e o fortalecimento da democracia brasileira – disse Arthur Virgílio.

A Constituição manteve o presidencialismo e garantiu eleições diretas, além de ampliar os direitos sociais e as atribuições do poder público, instituindo uma ordem econômica baseada na função social da propriedade e na liberdade de iniciativa privada.

Pessoas que estiverem no exterior e desejarem fazer pagamentos no Brasil não precisarão mais converter em dólares ou euros os valores remetidos

Senado aprova MP que internacionaliza o real

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem medida provisória que autoriza o Banco Central a adotar providências para tornar o real uma moeda internacional, ou seja, conversível em outros países. Essa internacionalização permitirá que bancos estrangeiros aceitem remessas em reais, solicitadas em seus países por pessoas que querem fazer algum pagamento no Brasil.

A MP 435/08, que será promulgada imediatamente, recebeu voto contrário de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), que vem boicotando votações de medidas provisórias sob o argumento de que elas prejudicam o andamento do Congresso, o qual acaba não votando seus próprios projetos. A medida foi relatada favoravelmente pelo líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR).

Para que a internacionalização do real se concretize, o Banco Central foi autorizado a abrir contas e depositar reais em bancos centrais de outros países ou em bancos estrangeiros, para compensação de transações no mercado internacional. Ou seja, a compensação e a liquidação poderão ser feitas em reais, sem a necessidade de se converter o real em uma moeda aceita internacionalmente, geralmente o dólar e o euro.

A mesma MP 435/08 abriu um crédito de até US\$ 120 milhões no Banco Central brasileiro em nome do Banco Central da Argentina. Trata-se de mais um passo para implantação efetiva do sistema de pagamentos em moedas locais (SML), câmara de

ACOLHIDA INDICAÇÃO DE ARTHUR BADIN PARA A PRESIDÊNCIA DO CADE

Os senadores acolheram ontem a indicação do advogado Arthur Badin para exercer o cargo de presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) do Ministério da Justiça, na vaga decorrente do término do mandato de Elizabeth Maria Mercier Querido Farina.

Arthur Badin era, até o momento, procurador-geral do Cade. Formado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, em 1998, ele especializou-se em Defesa da Concorrência e Regulação pela Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (2004) e em Direito Empresarial pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2001). É professor convidado dos cursos de pós-graduação das Escolas de Direito de São Paulo e Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas e atualmente faz mestrado em Direito Econômico pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

compensação mantida pelos BCs dos dois países, facilitando as liquidações de negócios entre o Brasil e a Argentina.

O Banco Central da Argentina deverá abrir uma conta, no mesmo valor, em nome do BC brasileiro. Em caso de uma grave crise, importadores e exportadores dos dois países terão a garantia de receber seus valores (o dinheiro sairá dessas duas contas). O objetivo é estender futuramente o mesmo mecanismo a outros países latinos. Na prática, importadores e exportadores brasileiros e argentinos pagarão suas compras em reais e em pesos, sem o uso do dólar.

Setor de bebidas

O Senado aprovou também o

Projeto de Lei de Conversão (PLV) 25/08, que adia de 1º de outubro de 2008 para 1º de janeiro de 2009 a vigência de incentivos tributários para o setor das chamadas bebidas frias (cerveja, refrigerante e água). Os tributos incluídos na matéria são o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), PIS/Pasep e Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social).

O PLV, proveniente da Medida Provisória (MP) 436/08, altera as Leis 10.833/03, que trata da legislação tributária federal, e 11.727/08, que dispõe de medidas tributárias para estimular investimentos e modernização do turismo, reforçar sistema de proteção tarifária e concentrar a incidência da contribuição para o PIS/Pasep e a Cofins na produção e comercialização de álcool.

De acordo com o texto da medida, o Executivo poderá estabelecer alíquota específica mínima por produto, marca de produto ou tipo de embalagem. A incidência do tributo recairá sobre um valor-base, expresso em reais ou em reais por litro, e esse valor será encontrado a partir da média dos preços dos componentes do grupo, seguindo-se os critérios de tipo de produto, tipo de embalagem ou até quatro faixas de preço. Os produtos de uma mesma faixa não poderão ter diferença, entre o menor e o maior preço, superior a 5%.

Os estabelecimentos produtores deverão instalar os medidores de produção e a manutenção ficará a cargo das empresas.



Dinheiro público deve ser revertido em benefícios para a população, diz Lúcia Vânia

Lúcia Vânia quer Lei de Responsabilidade Social

Lúcia Vânia (PSDB-GO) pediu que seja colocada em votação no Plenário a proposta de sua autoria que prevê a edição de uma lei, inspirada na de Responsabilidade Fiscal, com objetivo de estabelecer parâmetros para as ações do governo na área social, que seria chamada Lei de Responsabilidade Social (PEC 29/03).

Para a senadora, é necessário haver um sistema de controle sobre as políticas implementadas pelo Estado. "Não basta que o dinheiro público seja corretamente arrecadado e que, contabilmente, as contas públicas fechem. É preciso que o dinheiro público seja bem administrado. E, em consequência, reverta-se em qualidade de vida para a população", disse.

AGRIPINO CRITICA ATUAÇÃO DO IBAMA EM RELAÇÃO A PESCADORES

José Agripino (DEM-RN) conclamou seus colegas a intercederem em favor dos pescadores de lagosta do Rio Grande do Norte. De acordo com o senador, devido a uma greve dos funcionários do Ibama, vários pescadores não conseguiram se cadastrar no último levantamento feito pelo órgão. "Agora, o Ibama está truculentamente em cima do pescador que não é cadastrado", disse. Garibaldi Alves (PMDB-RN) apoiou Agripino e pediu ao líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), que intermedie as conversas com o Executivo.

MÃO SANTA: NO PAÍS, CRIAM-SE 766 NORMAS TRIBUTÁRIAS POR DIA

Segundo levantamento do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), o Brasil criou nos últimos 20 anos 3,7 milhões de normas tributárias municipais, estaduais e federais, destacou Mão Santa (PMDB-PI). O senador explicou que as normas vão se substituindo, mas 12,4% delas continuam em vigor. "Um absurdo. Uma empresa tem de obedecer a 3.207 normas se quiser ficar dentro da lei. Isso exige um gasto de R\$ 38 bilhões por ano", disse.

MALTA DEFENDE NEUCIMAR FRAGA, ELEITO PREFEITO DE VILA VELHA

A eleição do deputado Neucimar Fraga (PR-ES) para prefeito de Vila Velha (ES) foi comemorada por Magno Malta (PR-ES). O senador lamentou as acusações lançadas contra o prefeito eleito durante a campanha.

– Nunca vi coisa tão sórdida – afirmou Malta, lembrando que o candidato foi chamado até de chefe do crime organizado.

O senador também informou que a Câmara dos Deputados deve votar hoje a criminalização da posse de material de pedofilia.

Osmar Dias: o Paraná tem um futebol forte e precisa de reconhecimento pela CBF



Osmar pede realização de jogos em Curitiba

O pleito da bancada do Paraná junto à Confederação Brasileira de Futebol (CBF) – para que Curitiba seja uma das sedes de jogos da Copa do Mundo de 2014, a ser realizada no Brasil – foi defendido por Osmar Dias (PDT-PR), que pediu o apoio dos demais senadores à solicitação do estado.

– Curitiba merece isso, pois o Paraná tem um futebol forte. Precisamos ter esse reconhecimento por parte da CBF – disse o senador.

Flávio Arns (PT-PR) juntou-se ao apelo de Osmar Dias. Dezoito cidades brasileiras são candidatas a sediar os jogos, mas deverão ser confirmadas como sedes dez ou 12 delas.

Deputados concluíram ontem votação de iniciativa do governo que cria mecanismo destinado a financiar projetos empresariais estratégicos do país no exterior e abrandar os efeitos da crise internacional. Aporte inicial de recursos será de R\$ 14 bilhões, vindos do excedente do superávit primário

Senado começa a examinar nos próximos dias o Fundo Soberano

O SENADO SE prepara para analisar o projeto de lei do Executivo que cria o Fundo Soberano do Brasil (FSB), cuja votação foi concluída ontem pela Câmara dos Deputados. O fundo se destina a financiar projetos empresariais estratégicos do país no exterior e a abrandar os efeitos da crise internacional de crédito e de outros momentos de queda na atividade econômica.

A Câmara rejeitou três destaques ao texto, que foi aprovado na forma de substitutivo do deputado Pedro Eugênio (PT-PE), da Comissão de Finanças e Tribu-

tação. Entre as mudanças feitas por ele, estão a possibilidade de mais de um banco federal ser o agente operador dos recursos do fundo e a proibição de uso do dinheiro resgatado do FSB em despesas de caráter continuado. O texto original previa que o fundo seria administrado por apenas um banco.

O primeiro aporte de recursos que o governo pretende fazer é de R\$ 14 bilhões, vindos do excedente do superávit primário e equivalentes, atualmente, a 0,5% do produto interno bruto (PIB). Também poderão ser di-

recionadas ao fundo ações de empresas de economia mista, como a Petrobras ou o Banco do Brasil, até o limite em que o controle acionário dessas estatais continue sob o domínio da União.

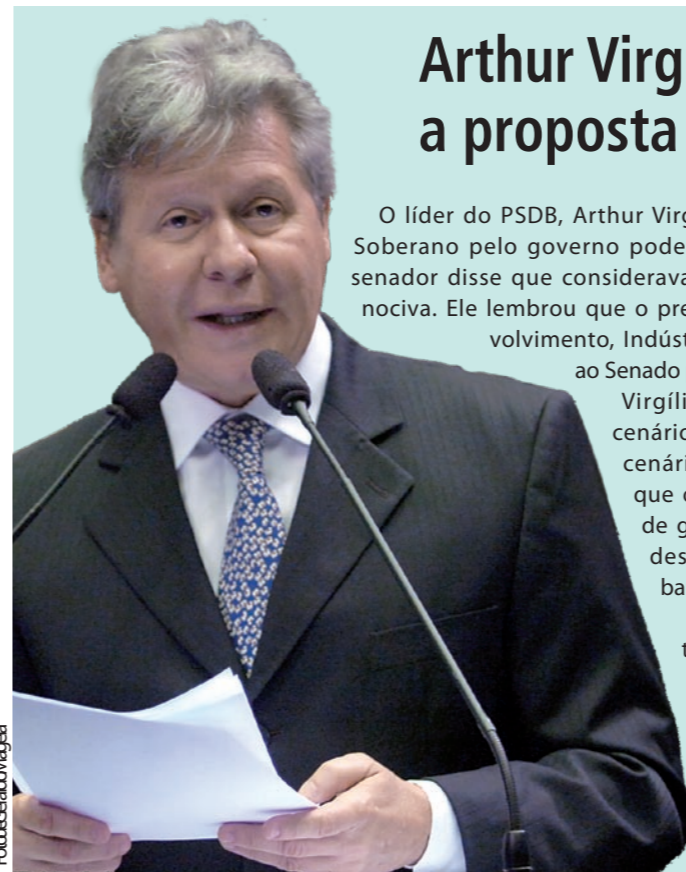
Um dos destaques rejeitados, do DEM, pretendia mudar esse ponto para permitir o uso apenas de ações preferenciais sem direito a voto. A Câmara não aceitou ainda dispositivo do PSDB que visava excluir a possibilidade de serem usados recursos captados com emissão de títulos da dívida pública

para alocação no fundo. Outro destaque dos tucanos, também rejeitado, pretendia retirar do texto a criação do Fundo Fiscal de Investimentos e Estabilização (FFIE), uma espécie de fundo operacional para aplicar os recursos do FSB e que terá a União como única cotista.

Os objetivos do FFIE serão os mesmos do Fundo Soberano, mas a União não responderá por nenhuma obrigação além do limite das suas cotas, que não poderão ser bancadas com títulos da dívida pública. As políticas de aplicação serão definidas em

estatuto aprovado pelo Ministério da Fazenda.

A última emenda que seria votada pela Câmara era de Alcení Guerra (DEM-PR), mas ele desistiu de submetê-la a voto ao acatar sugestão de Miro Teixeira (PDT-RJ) de encaminhá-la ao Executivo na forma de indicação que poderá ser transformada em outro projeto de lei. Na emenda, Alcení pedia que 30% dos recursos resgatados do fundo, no limite de R\$ 1 bilhão, fossem aplicados em parques produtivos de ciência e tecnologia. (Com Agência Câmara.)



Arthur Virgílio considera nociva a proposta do governo federal

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (PSDB-AM), afirmou da tribuna que a criação do Fundo Soberano pelo governo pode ser uma "tentativa sub-reptícia" de capitalizar o BNDES. O senador disse que considerava a ideia de criação do fundo inócua, mas que agora a acha nociva. Ele lembrou que o presidente do banco, Luciano Coutinho, e o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, comparecerão amanhã ao Senado para discutir o assunto.

Virgílio observou que a instituição do fundo foi cogitada num cenário em que era necessário valorizar a moeda norte-americana, cenário este que não existe mais. Também partia da premissa de que o Brasil se tornaria exportador de petróleo, com a descoberta de grandes reservas da chamada camada pré-sal, quando o barril dessa commodity alcançava US\$ 140, disse o senador. Hoje, o barril de petróleo caiu para US\$ 60.

– O Brasil não tem característica de um país que deva constituir um fundo soberano, uma vez que não tem superávit nas suas contas externas e não dispõe de uma commodity de exportação – afirmou.

Virgílio foi apertado pelos senadores João Pedro (PT-AM), que defendeu o fundo, José Agripino (DEM-RN), Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) e Tasso Jereissati (PSDB-CE).

Garibaldi acredita que projeto será aprovado pela Casa

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, acredita que a Casa aprovará o projeto que cria o Fundo Soberano do Brasil, acolhido ontem pela Câmara dos Deputados. Conforme disse, existe, no Legislativo, a consciência de que o governo precisa ser ajudado no momento em que enfrenta uma crise financeira mundial. O Senado, entretanto, acrescentou, não pode dar um cheque em branco ao governo.

– Não me refiro exclusivamente ao Fundo Soberano, mas a todas as medidas anticrise. Essas medidas devem ser aprovadas, claro que passando naturalmente por um aperfeiçoamento se o Congresso entender que devem ser aperfeiçoadas.

Garibaldi disse ainda que existe um acordo partidário para votar as medidas provisórias que trancam a pauta, de forma a garantir a aprovação da MP 442, que permite ao Banco Central socorrer pequenos bancos. Ele foi também indagado sobre o projeto que reajusta os salários dos servidores e que eleva a despesa pública num momento de crise financeira.

– A concessão de gratificações foi fruto de acordos feitos com os servidores. Eu acho que o governo, na hora em que combinou esse reajuste, tinha previsão orçamentária. Não será o Congresso que vai criar obstáculos à aprovação do aumento, se o próprio governo, que é quem vai pagar, diz que pode pagar.

“Em plena crise somos capazes de fazer uma reforma tributária”

Os reflexos da crise financeira global no Brasil pautaram a reunião do Conselho Político da Ação Empresarial, ontem em São Paulo. Durante o evento, o presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, opinou que se o Congresso votar a reforma tributária contribuirá decisivamente para minimizar os efeitos da crise.

– Nós não temos instrumentos para lidar com a crise, mas, ao mesmo tempo, temos. Vamos mostrar ao mundo que em plena crise somos capazes de aprovar uma reforma tributária que, se não é a ideal, pelo menos resolve problemas como a centralização econômica, a acumulação de legislações sobre impostos e a crise federativa – afirmou, prometendo sugerir ao presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Aloizio Mercadante (PT-SP), que convide representantes do

empresariado a fim de debater soluções para a economia. Ele pediu ao deputado Antonio Palocci, presidente da comissão da Reforma Tributária na Câmara, que lidere o esforço em favor de sua aprovação. Palocci, por sua vez, falou sobre a crise, observando que a falta de crédito atingirá todos países, mas que o Brasil não enfrentará problemas como os da Europa e dos Estados Unidos.

O presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, propôs que empresários e parlamentares se reúnam e discutam projetos de combate à crise. Jorge Gerdau Johannpeter, coordenador da Ação Empresarial, fez um balanço das ações desenvolvidas pela entidade. E o presidente da Confederação Nacional da Indústria, Armando Monteiro Neto, defendeu a votação de uma agenda econômica mínima no Congresso.



Ministro José Pimentel (à esquerda, na poltrona central) diz a Garibaldi (D) que, se os 105 projetos sobre aposentadoria em tramitação forem aprovados – entre eles o de Paim (poltrona à direita) sobre o fator previdenciário –, 25% do PIB serão comprometidos com benefícios

Ministro da Previdência pede responsabilidade ao Congresso

O ministro da Previdência Social, José Pimentel, esteve reunido ontem com o presidente do Senado, Garibaldi Alves, para tratar de 105 projetos de lei sobre aposentadorias que tramitam no Congresso sem dispor de previsão orçamentária.

– Se todos forem aprovados, vamos comprometer 25% do PIB [produto interno bruto] com benefícios previdenciários – afirmou o ministro.

Entre eles, encontram-se o projeto de Paulo Paim (PT-RS) que extingue o fator previdenciário (PLS 296/03); e o PLC 42/07, de autoria do Executivo, que, emendado por Paim, determina que seja aplicado

às aposentadorias o mesmo índice de reajuste do salário mínimo.

Pimentel adiantou que, na próxima terça-feira, voltará a se reunir com Garibaldi; com o relator do Orçamento de 2009, Delcídio Amaral (PT-MS); e com o presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), deputado Mendes Ribeiro Filho (PMDB-RS), para discutir como adequar essas propostas ao Orçamento da União.

– Cabe a nós dialogar com o Congresso, deixando claro o que isso representa. E ele [o Congresso] tem o direito constitucional de deliberar sobre a melhor forma – disse.

Jucá ouve servidores, mas afirma que o momento é ruim para reajustes

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), disse, em reunião ontem com representantes dos funcionários da Receita Federal e do Banco Central, entre outras categorias, que a conjuntura é a “pior possível” para aumento de despesas de custeio – como as vinculadas a reajustes salarial de servidores. Jucá informou que, devido à necessidade de tempo para as negociações, a votação da medida provisória que trata do reajuste de carreiras consideradas típicas de Estado e da estrutura de planos de cargos na administração pública federal deverá ocorrer na próxima semana.

Os funcionários públicos apresentaram ao senador sugestões de emendas ao Projeto de Lei de Conversão (PLV) 27/08, proveniente da MP 440/08, que dispõe sobre o reajuste dos salários.

Jucá afirmou que, no governo Lula, já houve uma grande recuperação dos salários dos servidores, o que “é muito importante

para a melhoria dos serviços prestados à sociedade”.

– As duas medidas [MPs 440/08 e 441/08] avançam muito na melhoria de vários setores, atendendo a reivindicações de vários setores, e existem mais reivindicações, algumas delas justas – declarou, observando que alguns pedidos, como o dos “fiscais da agropecuária” – que querem reajuste ainda em 2008, e não em 2009 –, podem ser atendidos em nova medida provisória.

Os funcionários da Receita Federal reivindicam derrubada do item da MP que determina que o auditor fiscal que trabalha em regime de dedicação exclusiva somente faça palestras com autorização do secretário da Receita. Participaram da reunião os presidentes do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal, Pedro Delarue, e do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central, David Falcão, entre outros.



Líder do governo, Jucá (centro) diz aos funcionários públicos que as MPs atendem a reivindicações de vários setores

Casagrande teme que fusão aumente tarifas

O senador Renato Casagrande (PSB-ES) manifestou seu temor com relação à possibilidade de aumento das tarifas bancárias a partir da fusão dos bancos Itaú e Unibanco, anunciada nesta semana. Ele pediu a atuação das instituições governamentais para impedir essa elevação.

Casagrande também se mostrou preocupado pelo fato de o relatório da Comissão da Reforma Tributária, da Câmara dos Deputados, a ser apresentado na próxima quarta-feira, não prever a prorrogação, por mais 12 anos, de incentivos que facilitam a operação de importações para os portos do Espírito Santo. Segundo o senador, o fim dos incentivos prejudicaria muito o estado.



Senador afirma que fusão dos bancos é boa para o mercado, mas teme pelos clientes



Papaléo: governo tem poder absoluto para “realizar desperdícios e gastos desnecessários”

Papaléo quer adoção de orçamento impositivo

Papaléo Paes (PSDB-AP) pediu a adoção do orçamento impositivo para acabar com “os poderes absolutos” do governo sobre os recursos federais. O parlamentar lembrou a aprovação pelo Senado, em agosto de 2006, de proposta de emenda à Constituição nesse sentido, do então senador Antonio Carlos Magalhães (DEM). A matéria, no entanto, foi arquivada pela Câmara em março de 2007, devido a “pressões políticas” do governo federal, segundo observou.

Papaléo disse que o governo tem “poderes absolutos para remanejar recursos, postergar obras, nutrir o clientelismo político, facilitar a corrupção e realizar desperdícios e gastos desnecessários”. A seu ver, só o orçamento impositivo poderá conter “o apetite discricionário do Executivo sobre recursos públicos”.

Renan Calheiros pede novo pacto federativo

Renan Calheiros (PMDB-AL) defendeu em Plenário uma revisão do pacto federativo que possibilite desconcentração do poder político e financeiro da área federal e garanta aos municípios brasileiros condições de crescimento sustentável.

– O federalismo tem avançado, mas poderia evoluir ainda mais. Prova disso é a situação atual de várias prefeituras. No Estado brasileiro, os recursos continuam concentrados na União, e isso não é culpa do governo. Mas os problemas estruturais a serem resolvidos estão nas comunidades – disse.

Entre outras medidas, Renan alertou para a necessidade de o Congresso Nacional enfrentar de vez o problema dos precatórios.



Renan avalia que recursos concentram-se na União, enquanto os problemas estão nas comunidades



Senador do Pará considera que torturadores não podem ser perdoados

Nery critica AGU por aceitar perdão da Anistia

O senador José Nery (PSOL-PA) disse considerar “aviltante” a posição da Advocacia Geral da União (AGU) de “defender pessoas como o coronel reformado do Exército Carlos Alberto Ustra”, que responde por abusos que teria cometido quando comandou o DOI-Codi (órgão da ditadura), durante o regime militar.

Ao julgar processo que responsabiliza os militares reformados Carlos Alberto Brilhante Ustra e Audir Santos Maciel por morte, tortura e desaparecimento de 64 pessoas durante a ditadura, a AGU afirmou, em parecer, que atos de tortura praticados na ditadura foram perdoados pela Lei da Anistia.

– As denúncias contra este cidadão [Ustra], conhecido à época como major Tibiriçá, são inúmeras – apontou o senador.

A atividade política, missionária, literária e em defesa dos índios foi lembrada durante sessão especial. Vieira criou polêmica ao defender os judeus perseguidos pela Inquisição. O religioso português mudou-se para o Brasil em 1614, aos sete anos

Plenário celebra os 400 anos de nascimento do Padre Antônio Vieira

O SENADO REALIZOU ontem sessão especial de homenagem ao quarto centenário de nascimento do Padre Antônio Vieira (1608-1697), jesuíta nascido em Portugal e que se tornou célebre em função de seus sermões e de sua intensa atividade política. Realizada por requerimento do senador Marco Maciel (DEM-PE), a sessão contou com a presença do embaixador português no Brasil, Francisco Seixas da Costa; do adido cultural daquele país, Adriano Jordão; do padre Hernani Pinheiro, representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); do ex-ministro do Meio Ambiente Henrique Brandão Cavalcanti; e do padre e estudioso de Vieira José Carlos Brandi Aleixo, entre outras personalidades.

Marco Maciel traçou um amplo painel de Vieira como religioso, escritor barroco e homem público, destacando suas habilidades de pregador, conselheiro político e diplomata.

– É oportuno assinalar a exuberante contribuição que o Padre Antônio Vieira ofereceu ao mundo em diferentes campos da atividade humana – disse o senador pernambucano, que lembrou outros papéis exercidos pelo jesuíta: de catequista e defensor dos indígenas, orador em cortes européias, missionário, professor de Humanidades e de Filosofia e um grande escritor de cartas.

Segundo o parlamentar, do ponto de vista literário, Vieira enriqueceu o português em palavras e modismos. Citando Carlos de Laet, Marco Maciel acrescentou que foi o jesuíta quem “fixou a sintaxe vernácula, assim como fixara Camões o léxico português”. De todo modo, Marco Maciel observou que, embora português de nascimento, a identificação do jesuíta com a civilização brasileira deu-se anteriormente à da civilização portuguesa devido ao fato de ele ter chegado ao Brasil ainda criança, aos sete anos de idade.

Paiaçu

Aos 15 anos, deixou a casa dos pais para ingressar como noviço na Companhia de Jesus em 1623, na província da Bahia. Foi levado para a aldeia do Espírito Santo, onde passou a ter contato com os indígenas que os padres doutrinavam a poucas léguas da cidade. Sua vocação catequética foi endereçada sobretudo aos índios, com os quais aprendeu sete línguas, para usar em suas pregações – daí seu apelido de Paiaçu (Grande Pai).

Antônio Vieira tornou-se sacerdote da ordem jesuíta aos 27 anos, em 1635, iniciando no Brasil sua carreira como pregador, país no qual proferiu a maior parte e os mais célebres de seus sermões, além dos mais contundentes contra a invasão holandesa. O senador enfatizou também as qualidades do político Vieira, protegido do rei de Portugal dom João IV. Marcado pelo binômio utopia e ação, o religioso foi responsável, entre muitas ousadias, pela defesa dos judeus perseguidos em Portugal ao tempo da Inquisição, conforme



Maciel (foto ao alto) falou da importância de Vieira para o português. Para Seixas da Costa, o religioso foi uma voz subversiva. Marina (acima) lembrou o Sermão aos Peixes

Marco Maciel. Acreditava o jesuíta que, além de desumana, a perseguição privaria o país de capitais importantes para o desenvolvimento português.

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) referiu-se à defesa dos judeus empreendida por Antônio Vieira e outras batalhas que lhe custaram a liberdade por quatro anos, como as severas críticas aos corruptos de sua época. Sobre o modelo de colonização do Brasil, o jesuíta antecipou em muitos séculos a percepção de que a busca desenfreada por riquezas prejudicava um crescimento ordenado e duradouro, de acordo com o parlamentar.

– Essa corrida em busca da fortuna rápida, a seu ver, tendia a privilegiar o negócio fortuito, a ambição desmedida e a exploração brutal do escravo, levado à morte pela exaustão – ressaltou.

Virgílio lembrou que a visão singular de Antônio Vieira rendeu-lhe a expulsão de terras maranhenses por colonos insatisfeitos com sua luta em prol da liberdade dos índios, que havia pacificado.

A senadora Marina Silva (PT-AC) foi outra a chamar a atenção para a capacidade que o Padre Vieira tinha de “combinar palavra e ação”. Ela se referiu especialmente à luta do religioso em prol dos índios e sua tenacidade na missão de transformar a realidade desigual.

– Se ouvíssemos aqui o Sermão aos Peixes, baixariamos a cabeça e fariamos reflexão sobre o quanto a metáfora ali contida diz respeito a nós: peixes grandes engolindo pequenos – analisou a senadora, que se denominou “uma piaba”.

Enalteceram ainda as qualidades de Vieira os senadores Alvaro Dias (PSDB-PR) e Mão Santa (PMDB-PI).

O último a se pronunciar foi o embaixador de Portugal, que classificou o jesuíta como “uma voz subversiva, incômoda ainda hoje”. Para Seixas da Costa, Vieira acabou pagando caro por saber usar tão bem a palavra, fazendo dela uma arma contra figuras públicas de moralidade duvidosa.

Serviço

Documentário – *O Mestre da Palavra, Padre Antônio Vieira*

TV Senado, dia 9 de novembro, às 15h30

Livro – *De Profecia e Inquisição* (Padre Antônio Vieira – Coleção Brasil 500 Anos). Reunião de textos de autoria de Vieira referentes ao processo que o Santo Ofício promoveu contra o missionário e pregador. 278 páginas. Conselho Editorial do Senado. R\$ 20. www.livrariasenado.com/livraria/produtos.asp?produto=137.



Eliseu destaca papel da instituição de ensino

Universidade de Lavras faz cem anos

Eliseu Resende (DEM-MG) festejou em discurso os cem anos de criação da Universidade Federal de Lavras, em Minas Gerais, que se especializou em ciências agrárias e hoje é considerada uma das melhores do mundo nessa área. Ele lembrou que o Índice Geral de Cursos, do Ministério da Educação, colocou Lavras em 15º lugar entre 176 escolas de nível superior avaliadas.

Conforme Eliseu Resende, a universidade já graduou cerca de 30 mil alunos, fora milhares de profissionais que frequentaram seus cursos de agronegócio.

Qualidade

A escola oferece 15 cursos de graduação, 19 de mestrado e 17 de doutorado. Mais de 5.200 alunos estão matriculados em seus cursos presenciais, além de 6 mil de vários estados que estudam a distância. São 360 professores, dos quais 96% com mestrado ou doutorado.

– É uma equipe que se ombréia com as das principais universidades do mundo no terreno das ciências agrárias. A Universidade de Lavras é uma das instituições que engrandecem Minas Gerais – disse.

Eliseu Resende informou que a escola pretende criar, nos próximos anos, mais cinco cursos de graduação, sete de mestrado e quatro de doutorado.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves Filho • Alvaro Dias • Marco Maciel • Papaléo Paes • Mão Santa • Paulo Paim

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Thâmara Brasil
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Ery Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquêas D. de Morais
Tratamento de imagem: Braz Felix, Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF.
CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Ministro da Educação foi recebido em sessão especial do Parlamento do Mercosul, em Montevideu. "Temos de nos valer dessa oportunidade"

Haddad: resposta à crise passa pela educação

A RESPOSTA DOS países sul-americanos à crise financeira mundial deve incluir um novo estímulo à educação, disse ontem o ministro brasileiro da Educação, Fernando Haddad, em sessão especial do Parlamento do Mercosul em Montevideu. Ele sugeriu que os países do bloco adotem metas comuns, como a elevação do percentual dos investimentos diretos em educação em relação ao produto interno bruto (PIB).

– A resposta à crise, no âmbito do Mercosul, deve passar, sim, pela educação. Talvez isso não valha para outras regiões do planeta, mas no nosso caso o retorno dos investimentos realizados no setor ainda é muito elevado. Temos que nos valer dessa oportunidade e responder com mais educação à crise que se avizinha. O continente em geral tem um déficit educacional bastante expressivo, e com relação ao Brasil esse déficit é mais acentuado que nos demais países membros – afirmou Haddad.

O comentário foi feito em resposta ao pronunciamento de boas-vindas ao parlamento feito pela senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), presidente da Comissão de Educação, Cultura,

Ciência, Tecnologia e Esporte do Parlamento do Mercosul. Ela disse ter sustentado na véspera, durante a discussão sobre a crise internacional, a necessidade de maiores investimentos em educação.

Por sua vez, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) relatou debate igualmente ocorrido no dia anterior, na mesma comissão, a respeito da importância de se fixarem metas a serem alcançadas pelos países do bloco, em questões como a erradicação do analfabetismo, a inclusão de crianças e jovens na escola e a conclusão do segundo grau por todos os estudantes

Fernando Haddad concordou que é preciso se estabelecer metas e estratégias comuns. Ele observou que o Brasil já elevou de 3,9% para 4,5% o percentual dos investimentos diretos em educação em relação ao PIB – número ainda inferior ao recomendado pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco).

O ministro ressaltou, no entanto, a dificuldade de erradicar o analfabetismo no país, uma vez que a média de idade dos analfabetos é de 54 anos, e muitos deles vivem no campo.



Para Haddad (à dir., ao lado de Dr. Rosinha), bloco precisa adotar metas comuns

Integração

O ministro relatou algumas das iniciativas para ampliar a integração dos países do bloco na área de educação. Entre elas, a obrigatoriedade da oferta do ensino da língua espanhola em escolas brasileiras, a criação das escolas bilíngües de fronteira e a futura Universidade da Integração Latino-Americana (Unila), em Foz do Iguaçu (PR).

A universidade, com projeto arquitetônico de Oscar Niemeyer, será concebida, adiantou, levando-se em conta o estímulo à integração regional. As aulas poderão ser ministradas em português e espanhol,

assim como os trabalhos escolares poderão ser apresentados nas duas línguas. Professores e alunos também serão selecionados entre brasileiros e habitantes dos demais países latino-americanos.

Haddad anunciou que, em breve, serão oferecidas bolsas para que alunos de graduação das universidades brasileiras possam cursar um ou dois semestres nas nações vizinhas. A inspiração para a proposta, admitiu, vem do projeto Erasmus, da União Européia, que está facilitando a mobilidade de estudantes europeus por diversos países do continente.

Integração de universidades do Mercosul

A integração das universidades dos países que integram o Mercosul – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – começará por um processo de acreditação dos cursos e das instituições, anunciou ontem o ministro da Educação, Fernando Haddad. Ele foi convidado para expor as principais iniciativas de sua área no campo da integração regional ao Parlamento do Mercosul, em Montevideu.

Segundo o ministro, as universidades poderão submeter seus cursos a uma comissão supranacional de certificação de qualidade. A partir de então, seria adotado um sistema de validação de forma automática de diplomas. Por meio desse processo, previu Haddad, estaria sendo criado um "outro cenário", no qual os diplomas teriam validade em toda a região, "sem necessidade de intervenção de uma instituição de outro país".



José do Nascimento Júnior, Antônio Vieira, João Sayad, Augusto Botelho, Paulo Brant, Maria Célia Santos e Carlos Chateaubriand

Secretários de Cultura criticam projeto sobre museus

O secretário de Cultura do Estado de São Paulo, João Sayad, afirmou ontem, em audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), que o projeto de lei que institui o Estatuto dos Museus não possui objetivos claros e não é um instrumento adequado para garantir o apoio aos museus.

Na opinião de Sayad, o projeto (PLC 115/08) também possui problemas de técnica legislativa, o que o torna, muitas vezes, ambíguo. Ele disse ainda que a proposta não fornece incentivos suficientes para os pequenos

museus e que cria problemas para todos os administradores da política cultural brasileira.

Sayad destacou, como exemplo, a imprecisão do projeto quando determina que esses estabelecimentos façam "planejamento estratégico" e adotem o "diagnóstico participativo", sem explicar o que esses conceitos significam.

O secretário de Cultura de Minas Gerais, Paulo Eduardo Rocha Brant, assinalou como "ponto de interrogação" a falta de flexibilidade e de inovação da proposta no que se refere

à gestão compartilhada com entidades da sociedade civil. Paulo Brant criticou a restrição que a matéria impõe ao limitar tal gestão apenas à modalidade de cooperação. De acordo com ele, a administração dos museus deve ocorrer de forma compartilhada com as organizações sociais.

O projeto que institui o Estatuto dos Museus é de autoria da Comissão de Educação e Cultura da Câmara e já recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado.

Diretor do Iphan diz que adesão às novas regras não é impositiva

A aprovação do Estatuto dos Museus foi defendida, na audiência, por José do Nascimento Júnior, diretor do Departamento de Museus e Centros Culturais do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (Iphan). Ele disse que a proposta esteve em discussão por cerca de cinco meses e recebeu contribuições de entidades de todo o país.

Nascimento Júnior observou que o projeto já foi acolhido pelas comissões de Constituição e Justiça da Câmara e do Senado, e que, portanto, os aspectos legal, constitucional e de técnica legislativa do texto já foram analisados. O diretor ainda destacou que o estatuto preserva a autonomia dos entes da federação, ao estabelecer cinco anos para que os museus se ajustem às novas regras. No entanto, salientou, a adesão não é impositiva.

O presidente da Associação Brasileira de Museologia (ABM),

Antônio Carlos Pinto Vieira, ressaltou que a nova legislação constituirá um marco regulatório importante, "um direcionamento para que os museus brasileiros se organizem".

O diretor-presidente do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (MAM), Carlos Alberto Chateaubriand, afirmou que a discussão da proposta de Estatuto dos Museus é importante para que o texto fique "mais próximo do perfeito". Ele sugeriu, por exemplo, o estabelecimento da fonte dos recursos que o poder público destinará aos museus. A seu ver, sem essa determinação haverá dificuldade para os administradores dos museus.

Já a professora aposentada de Museologia da Universidade Federal da Bahia, Maria Célia Santo, afirmou que é preciso definir museu em conceitos mais amplos, que considerem outros "espaços fora das paredes".

Ideli defende aprovação da proposta ainda este ano

Na audiência pública, a relatora da proposta, senadora Ideli Salvatti (PT-SC), defendeu a aprovação da matéria ainda este ano. A seu ver, já é hora de o país ter uma política pública para o fortalecimento dos museus, articulada nas três esferas de governo – federal, estadual e municipal – com as entidades privadas.

Ideli defendeu ainda a aprovação de projeto de sua autoria (PLS 95/08), já acolhido pelo Senado e que agora tramita na Câmara dos Deputados, que cria o Fundo Nacional

de Desenvolvimento dos Museus.

Por sua vez, Marina Silva (PT-AC) manifestou dúvidas quanto ao sucesso da gestão compartilhada entre o poder público e a iniciativa privada, conforme prevê o projeto. Flávio Arns (PT-PR) concordou com a senadora e pediu a inclusão, no texto, de dispositivo que garanta maior incentivo do poder público a instituições comunitárias sem fins lucrativos.

Renato Azeredo (PSDB-MG) sugeriu alterações no texto, enquanto Augusto Botelho

(PT-RR) pediu mais recursos para os museus. Discordando de João Sayad, Inácio Arruda (PCdoB-CE) disse que o projeto é bom, e que o problema maior, apontado pelos seus críticos, está no dispositivo que dá poder ao ente público na condução dos museus.

Rosalba Ciarlini (DEM-RN), que presidiu a reunião, também defendeu a aprovação da matéria, que classificou como prioritária para o crescimento cultural brasileiro.



Ideli: "Já é hora de o país ter uma política pública para o fortalecimento dos museus"

O governo quer reunir os prefeitos no início de fevereiro, em Brasília, para incentivar práticas de controle interno. O tema está sendo debatido no Senado

Auditoria será discutida em encontro de prefeitos

O ENCONTRO NACIONAL dos prefeitos recém-eleitos, que está sendo articulado pelo governo para acontecer no início de fevereiro, em Brasília, será também um momento de reforço da campanha pela instituição de sistemas de auditoria interna nas prefeituras de todo o país. A iniciativa foi anunciada hoje pelo presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), Victor José Faccioni, em palestra no Auditório Petrônio Portela, do Senado Federal.

Convidada a participar do encontro, destinado a capacitar os novos gestores municipais sobre temas em que se articulam ações federais e locais, a Atricon vai lembrar aos prefeitos que a criação das auditorias internas é uma obrigação constitucional e demonstrar que esse é o instrumento mais eficaz de combate à fraude e à corrupção.

– O controle interno não é para controlar o administrador, mas para apoiá-lo, a fim de que ele não seja o último a saber e o primeiro a pagar por uma eventual irregularidade, fraude ou corrupção – destacou.

Faccioni citou dados de pesquisa realizada pela consultoria KPMG, de 2005, intitulada “A fraude no Brasil”, que aponta a insuficiência de ações de controle interno como a causa de 63% das fraudes no serviço público brasileiro. Outros 13% seriam decorrentes da supressão dos controles onde já existiam, por parte dos dirigentes, com os 24% restantes atribuídos a outros fatores. Ao mesmo tempo, a pesquisa indica que a descoberta das fraudes ocorre, em 51% dos casos, por iniciativa de órgãos de controle interno.

As declarações de Faccioni ocorreram durante o 12º Simpósio Nacional de Auditoria de Obras Públicas (Sinaop), aberto na segunda-feira passada, no Senado Federal. O encontro irá até sexta-feira.



Marcos Túlio Melo, do Confea (E), e Heinz Herwing, que presidiu a Mesa



12º Simpósio Nacional de Auditoria de Obras Públicas, no Senado Federal

Confea denuncia carência de estrutura técnica

A carência de estrutura técnica e de planejamento em engenharia pública no país tem comprometido o cumprimento do calendário de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A afirmação é do presidente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea), Marcos Túlio Melo. Ele participou das atividades do 12º Simpósio Nacional de Auditoria de Obras Públicas (Sinaop), ontem, no Auditório Petrônio Portela, no Senado, iniciativa da Associação dos

Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (Ibraop).

Conforme explicou Melo, a redução de investimentos públicos nos últimos 30 anos causou a desmontagem das estruturas e equipes técnicas responsáveis pelo planejamento, pelo acompanhamento e pela fiscalização dos empreendimentos públicos. Ele observou que o PAC, com R\$ 503 bilhões para serem aplicados até 2011, está em parte travado porque

muitas obras previstas não contavam com projetos técnicos para amparar as licitações.

– É necessária a reestruturação técnica do Estado, da engenharia pública. Perdemos a cultura técnica de planejamento. Deixamos de ter as carteiras de projetos técnicos básicos – observou.

Na parte da manhã, o diretor da Unidade de Parcerias Público-Privadas de Minas Gerais, Marco Aurélio de Barcelos Silva, falou sobre projetos executados no estado, como a rodovia MG-050.

Kátia Abreu pretende discutir decreto que regulamenta portos

Kátia Abreu (DEM-TO) anunciou que protocolou junto à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) requerimento para a realização de audiência conjunta com a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) para debater o Decreto 6.620/08, que regulamenta a concessão de portos. Segundo a senadora, o assunto foi objeto de um acordo firmado em maio passado pelo líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR) – acordo este que, informou ela, estaria sendo descumprido.

O decreto dispõe sobre políticas e diretrizes para o desenvolvimento e o fomento do setor de portos e terminais portuários de competência da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República e disciplina a concessão de portos, o arrendamento e a autorização de instalações portuárias marítimas.



Kátia Abreu argumenta que acordo feito com governo não é cumprido

A parlamentar explicou que o acordo com o governo determinava a adoção do contrato de adesão como ato de outorga. Também modificava a exigência de que as cargas próprias, por si mesmas, justifiquem a implantação do terminal. Segundo Kátia Abreu, isso confirmaria a liberdade dos portos privados mistos, independente de cargas próprias ou de terceiros.

Paim pede MP para corrigir adicional de insalubridade

O senador Paulo Paim (PT-RS) defendeu em Plenário a edição de uma medida provisória com o objetivo de definir a base de incidência para fins de cálculo do adicional de insalubridade – a remuneração extra a que têm direito empregados que trabalham com habitualidade em locais que oferecem riscos à saúde.

De acordo com Paim, a urgência de regulamentação da matéria deriva da falta, no ordenamento jurídico brasileiro, de regra que estabeleça a base de cálculo para viabilizar o pagamento do adicional de insalubridade.

A lacuna na legislação se deu, segundo ele, em razão da concessão de liminar, pelo Supremo Tribunal Federal, à Confederação Nacional da Indústria, suspendendo a aplicação da Súmula 228 do Tribunal Superior do Trabalho na parte em que



Paulo Paim também apresenta voto de aplauso a jornal de Caxias do Sul

permite a utilização do salário básico como base de cálculo do adicional de insalubridade.

– A ausência da norma está causando um grande desconforto e instabilidade social – observou Paulo Paim, que também apresentou voto de aplauso ao jornal Pioneiro, de Caxias do Sul (RS), pela comemoração do aniversário de 60 anos de sua fundação.

Substitutivo amplia direitos de quem utiliza transporte aéreo

O transportador aéreo será responsabilizado sempre que houver atraso, interrupção ou cancelamento de voo, recusa de embarque por excesso de reservas (overbooking) e dano a passageiro ou a sua bagagem. É o que determina substitutivo do senador Expedito Júnior (PR-RO) que está na pauta da reunião de amanhã da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

O substitutivo foi elaborado a partir de quatro projetos de lei – PLSs 114/04 e 429/07, ambos da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT); PLS 283/07, do senador Renato Casagrande (PSB-ES), e PLS 533/07, de autoria de Aloizio Mercadante (PT-SP) – que propõem alterações no Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA), instituído pela Lei 7.565/86.

Em seu substitutivo, Expedito Júnior explica que a legislação

em vigor é falha, pois atende tão-somente aos interesses comerciais, não conferindo, aos passageiros, garantias satisfatórias no caso de falhas por parte das companhias aéreas.

“Não nos parece que a mera transferência da obrigação contratual do transportador para outro voo, em horário posterior, ou a simples restituição do valor pago pela passagem sejam medidas capazes de garantir a justa compensação de danos morais e, eventualmente, materiais, sofridos pelos passageiros”, afirma Expedito Júnior em seu substitutivo, que tramita em decisão terminativa na CDR.

Pelo substitutivo, todas as despesas decorrentes da interrupção ou atraso da viagem, inclusive relativas a transporte de qualquer espécie, alimentação e hospedagem, correrão por conta do transportador.